



VOL. 5 | N. 10 | JUL/DEZ DE 2019 | ISSN 2359-4489

# CATOLICISMO, PODER E SOCIEDADE



FACES DE CLIO

# A Igreja Católica e a sua atuação política no Brasil

---

A oposição frente ao governo ditatorial militar ocorrido entre os anos de 1960 e 1980

*Rita Suriani Lamas*

[Especialista em Ciência da Religião pelo programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato:  
[surianilrita@gmail.com](mailto:surianilrita@gmail.com)]

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica acerca da atuação da Igreja Católica Apostólica Romana durante o governo ditatorial militar ocorrido no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Analisando documentos oficiais emitidos por órgãos vinculados à referida instituição, este artigo examina as transformações ocorridas dentro de uma parcela do clero brasileiro no que tange a postura adotada frente às ações dos militares que exerciam o poder. Além de documentos oficiais da Igreja, este estudo se baseia em pesquisas acadêmicas apresentadas por autores como Michael Löwy, Lucília Delgado e Mauro Passos.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, CEBs, ditadura militar.

## The Catholic Church and its political action in Brazil

---

An opposition against the military dictatorship occurred between 1960 and 1980

**Abstract:** This article presents a bibliographical review about the work of the Roman Catholic Church during the military dictatorship occurred in Brazil between the 1960s and 1980s. Analyzing official documents issued by organs linked to this institution, this article examines the transformations that took place within a portion of the Brazilian clergy in what concerns the stance taken against the actions of the military in power. In addition to official Church documents, this study is based on academic research by authors such as Michael Löwy, Lucília Delgado and Mauro Passos.

**Keywords:** Catholic Church, BECs, military dictatorship

**Introdução**

A segunda metade do século XX foi marcada por intensas transformações no campo político mundial. Especificamente na América Latina esse período significou a instauração de governos ditatoriais, o fim dos direitos democráticos e o completo desrespeito aos direitos humanos. Tais mudanças afetaram campos diversos, como a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) que também passou por profundas mutações neste período. Indo em contramão aos governos latino-americanos da época, a Igreja Católica foi tomada por atitudes mais progressistas que perduraram todo o papado de João XXIII e que foram de suma importância para a mudança de postura da Igreja frente aos problemas sociais.

Sendo tomada por uma forte polarização entre progressistas e conservadores, a América Latina foi berço de uma das principais organizações da Igreja Católica: A Teologia da Libertação (TL). Sendo uma teologia que, a princípio, surge de um encontro ecumênico envolvendo a Igreja Católica e outras denominações reformadas como a Presbiteriana (Rubem Alves), Anglicana (Jaci Maraschin) e Metodista (Marcela Althaus-Reid), a Teologia da Libertação firma o compromisso com os pobres e com a luta pelo fim da desigualdade social. Além da referida organização a América Latina contou com diversos movimentos que marcaram a posição progressista de determinados setores da Igreja Católica no continente, como é o caso da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tais grupos se fizeram fundamentais na resistência ao golpe militar ocorrido no Brasil, uma vez que as demais organizações políticas estavam sendo sufocadas pela repressão ditatorial.

Portanto, tendo em vista os referidos acontecimentos, este artigo foi escrito com o intuito de analisar brevemente a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana durante a ditadura militar no Brasil, ocorrida entre os anos de 1964 e 1985. O trabalho mostrará as transformações internas ocorridas dentro da instituição, tanto a nível mundial quanto regional, relacionando-as com a postura assumida pela Igreja frente ao governo ditatorial no país. A princípio serão abordados temas que dizem respeito ao Concílio Vaticano II, à II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, à Teologia da Libertação, bem como o surgimento da CNBB e das CEBs. Este artigo pretende descrever como se deu a atuação do clero brasileiro e dos leigos católicos nos setores de resistência à ditadura, além de comparar brevemente as influências exercidas pelas CEBs e pela Renovação Carismática Católica

(RCC) no comportamento político adotado pela Igreja no final do século XX e no início do século XXI.

### **Os movimentos de aproximação da Igreja Católica Apostólica Romana com as causas sociais**

A Igreja Católica Apostólica Romana passou por profundas transformações entre as décadas de 50 e 70. As mudanças aconteceram tanto em nível mundial, com a convocação do Concílio Vaticano II pelo papa João XXIII ao final da década de 50<sup>1</sup>, quanto em nível nacional, com o surgimento da CNBB e das CEBs no início dos anos 60<sup>2</sup>. Sob orientações do papa João XXIII boa parte da Igreja Católica, pouco a pouco, modificou suas formas de atuação. Substituindo, até certo ponto, sua ortodoxia por uma ortopraxia, os católicos foram incentivados a se alinharem em favor das causas políticas e sociais que lutavam contra o subdesenvolvimento<sup>3</sup>.

O Concílio Vaticano II se estendeu entre os anos de 1962 e 1965<sup>4</sup> sendo um marco na história da Igreja Católica. Esse evento marcou a nova postura da Instituição frente a seus objetivos, abrindo-a para relações mais cordiais com pautas referentes às questões da modernidade, como o que diz respeito às descobertas científicas<sup>5</sup>. Além disso, o Concílio oficializou o caminho em direção às pautas sociais que a Igreja trilhava nos anos 50 com a atuação de João XXIII<sup>6</sup>. Tal oficialização pode ser interpretada como sendo a legitimação de todo o movimento que já estava sendo gerado na América Latina em prol das causas dos oprimidos.

<sup>1</sup> LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; Reis, Daniel A. (Orgs). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.414.

<sup>2</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.107.

<sup>3</sup> SUSIN, Luiz Carlos. Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos?. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.11, n.32, p.1678-1691, out/dez. 2013, p.1679.

<sup>4</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.111.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.122.

<sup>6</sup> Entretanto, é importante ressaltar que apesar da popularização do viés progressista do Concílio Vaticano II este documento não foi concluído de forma homogênea, tendo em si pautas conservadoras que remetem ao tradicionalismo da Igreja Católica.

Partindo de determinadas pautas do Vaticano II que clamavam pela luta em busca da igualdade social, além do seu considerável estímulo à participação política por parte dos fiéis, podemos compreender a postura ativa adotada por parte da Igreja Católica Romana na América-Latina durante os governos ditatoriais que dominaram o continente durante as décadas de 50 e 70. Contendo a maior parcela dos católicos romanos do mundo, foi neste continente onde se iniciaram as mobilizações para colocar em prática as reformas propostas pelo Concílio<sup>7</sup>. No ano de 1968, já durante a ditadura militar no Brasil, os bispos da América Latina se reuniram na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medelín. A primeira reunião aconteceu em 1959 no Rio de Janeiro, e tratou sobre questões exclusivas do clero e da Igreja. O segundo encontro teve como tema os problemas sociais da América Latina. Nessa conferência marcou-se o empenho da Igreja pela justiça e pelo crescimento do envolvimento dos leigos nas questões da religião<sup>8</sup>. O encontro episcopal em Medelín tornou-se o marco da mudança do foco da Igreja Católica Romana das doutrinas para as práticas, sendo compreendido por alguns autores como o local onde estão as “raízes da Teologia da Libertação”<sup>9</sup>.

Após as conclusões do encontro em Medelín e durante a realização do Concílio Vaticano II oficializou-se uma teologia que há tempos vinha ganhando espaço nas discussões eclesiais latino-americanas: a Teologia da Libertação. Com forte apelo pela prática e intensificando a participação político-social da Igreja Católica, essa vertente teológica revolucionou a participação dos leigos dentro da instituição religiosa. A Teologia da Libertação nasce a partir de uma organização ecumênica entre intelectuais religiosos que, em sua maioria, estavam em exílio político. Igrejas reformadas, como a Presbiteriana, e a Católica fizeram parte da composição que originou o movimento<sup>10</sup>. Especificamente no que diz respeito à Igreja Católica essa corrente teológica contou com o rechaço de membros como o então Cardeal Ratzinger, integrante da parcela mais conservadora do clero que temia o caráter socializante da teoria<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> Azevedo, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estud. av.*, Dez 2004, vol.18, no.52, p.118. ISSN 0103-4014

<sup>8</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.114).

<sup>9</sup> *Ibid.*, p.114.

<sup>10</sup> SUSIN, Luiz Carlos. Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos?. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.11, n.32, p.1678-1691, out/dez. 2013, p.1679).

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.1685.

Essa súplica pelo fim da desigualdade social fez com que alguns estudiosos apontassem a Teologia da Libertação como tendo um horizonte marxista<sup>12</sup>. Segundo Löwy uma boa parte dos seguidores dessa Teologia não conhecia diretamente as escrituras de Karl Marx, entretanto esse desconhecimento não impedia que seus fundamentos fossem incluídos na prática. Em seu texto “Cristianismo da Libertação e Marxismo” Michael Löwy descreve como a Teologia da Libertação inaugura uma interpretação cristã da teoria marxista, ignorando certos pontos e aplicando outros<sup>13</sup>. No Brasil nomes como Rubem Alves, Leonardo Boff e Frei Betto participaram ativamente da construção dessa teologia, sofrendo fortes represálias tanto do governo, quanto do clero.

### **A luta da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil em favor da igualdade social e da democracia**

Após o golpe político que instaurou a ditadura militar no Brasil as organizações que se opunham ao governo estavam sendo duramente reprimidas. Todavia, a importância exercida pela Igreja Católica no decorrer da história do Brasil conferiu à esta instituição certa blindagem contra os ataques do governo<sup>14</sup>. Seguindo a linha progressista da Igreja Latino-Americana temos o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, atuando ativamente em favor da retomada da democracia no Brasil<sup>15</sup>. A CNBB facilitou a interação entre as dioceses nacionais e tornou-se o ponto focal da Igreja Católica no Brasil. Por meio de declarações oficiais como a “Igreja na atual conjuntura”, “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”, entre outras, a CNBB denunciava os abusos do governo ditatorial brasileiro e o caos social em que o país estava mergulhado<sup>16</sup>.

Ainda no Brasil temos a criação de outra instância de luta política conectada à Igreja Católica: As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Partindo do incentivo da Teologia da Libertação visando à ação dos membros da Igreja em práticas sociais, as CEBs surgem

<sup>12</sup> LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; Reis, Daniel A. (Orgs). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.412.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p.417.

<sup>14</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.124.

<sup>15</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.107.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.110.

congregando os leigos em prol de práticas pastorais que auxiliassem no desenvolvimento social<sup>17</sup>. As CEBs foram essenciais no que tange a aproximação da Igreja Católica com a realidade vivida por seus membros. A leitura dos textos bíblicos realizadas à luz dos dias atuais e a análise de conjuntura realizada através dessa lente geraram ações, como almejava a Teologia da Libertação<sup>18</sup>.

Deste modo a Igreja Católica no Brasil que apoiou movimentos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em favor ao golpe civil-militar ocorrido em 1964 foi alterando a sua postura de acordo com os rumos autoritários que guiaram o governo<sup>19</sup>. A Igreja Católica tornou-se uma das, se não a única, instituições que conseguiram se manter ativas na oposição ao governo, acolhendo indivíduos que já não tinham mais como resistir e denunciar os abusos cometidos pelo Estado<sup>20</sup>. Os documentos da CNBB que denunciavam a crescente desigualdade social, a violência no campo e as demais injustiças, aliados às práticas de ações sociais promovidas pelas CEBs foram o respiro encontrado por quem já não possuía meios para lutar contra as arbitrariedades praticada pelos militares.

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição religiosa que sustenta uma tradição milenar. Sendo uma de suas características a opção por englobar o diferente a fim de adequá-lo, na medida do possível, às suas doutrinas, a ICAR não pode ser considerada como um bloco homogêneo. De acordo com relatos do clero brasileiro a Igreja Católica atuou em favor do golpe militar de 1964, acreditando ser a opção viável para o combate à ameaça comunista<sup>21</sup>. Entretanto a Igreja já se apresentava polarizada entre conservadores e progressistas. Estes, por sua vez, geralmente estavam alinhados com a Teologia da Libertação, indo em direção à defesa dos direitos dos mais pobres<sup>22</sup>, como foi o caso de alguns frades dominicanos que se aliaram à Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>23</sup>. Enquanto alguns membros da Igreja eram presos e exilados, outros eram incorporados ao governo

<sup>17</sup> *Ibid.*, p.123.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p.123.

<sup>19</sup> LANZA, Fabio. IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR (1964-1985) NO BRASIL: A MEMÓRIA DOS BISPOS PAULISTANOS SOBRE O GOLPE MILITAR. 2006, p.2. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

<sup>20</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). O Brasil republicano: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.124.

<sup>21</sup> LANZA, Fabio. IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR (1964-1985) NO BRASIL: A MEMÓRIA DOS BISPOS PAULISTANOS SOBRE O GOLPE MILITAR. 2006, p.4. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p.1.

<sup>23</sup> <<http://www.dominicanos.org.br/detalhesmemoria.php?id=1554>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

militar, o que mostra claramente as diferentes posições existentes dentro da Igreja no que dizia respeito à ditadura militar que foi instaurada no Brasil<sup>24</sup>.

De forma geral, uma parte da Igreja se mostrou ciente do seu papel social, fortemente incentivado pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, e se abriu como um espaço de acolhimento aos que resistiam aos abusos do governo<sup>25</sup>. A CNBB atuou de forma direta denunciando as mazelas sociais em que o Brasil estava sendo colocado, tratando de questões como os problemas da divisão de terras no meio rural, enfatizando a importância de um regime democrático, apelando por sua volta e, principalmente, atuando de forma ativa na defesa dos direitos humanos<sup>26</sup>.

Após a divulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o Congresso Nacional, a parcela mais combativa da Igreja Católica, que contava com bispos, padres e leigos, intensificou as suas reações frente à violência dos acontecimentos. Em 1969, um ano após o AI-5, a CNBB faz uma análise da realidade sócio-política brasileira através da nota intitulada “Igreja na atual conjuntura”<sup>27</sup>. Essa resistência aos abusos ditatoriais fez com que o nome de alguns clérigos ficassem marcados pelo governo, como foi o caso de Dom Hélder Câmara que teve seu nome censurado nas mídias brasileiras<sup>28</sup>. Dom Hélder denunciava abertamente as torturas realizadas por membros do governo e defendia os presos políticos, contrariando tanto os ditadores quanto os setores mais conservadores da Igreja<sup>29</sup>.

Nessa luta pela Igreja Católica em favor dos direitos humanos no Brasil as CEBs desempenharam um papel fundamental ao orientar e organizar os leigos. Os círculos bíblicos promovidos pelas CEBs interpretavam os textos da Bíblia à luz dos acontecimentos que permeavam o dia-a-dia dos brasileiros. As missões evangelizadoras da Igreja, nessa época, começavam com uma discussão acerca da realidade brasileira, convocando seus membros para um maior engajamento<sup>30</sup>.

<sup>24</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. Estudos Avançados, [s.l.], v. 18, n. 52, p.77-95, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO), p.81.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.81.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p.83.

<sup>27</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). O Brasil republicano: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ:Civilização Brasileira, 2010, p.118.

<sup>28</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. Estudos Avançados, [s.l.], v. 18, n. 52, p.77-95, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO), p.84.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p.84.

<sup>30</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). O Brasil republicano: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ:Civilização Brasileira, 2010, p.119.

Como dito anteriormente, o Vaticano II e a Teologia da Libertação incentivaram a organização dos leigos dentro da Igreja. Esse estímulo foi o que, de certa forma, sustentou o caráter de resistência que caracterizaram as CEBs durante o período ditatorial no Brasil. Esses grupos fizeram parte da pequena parcela de organizações que resistiram aos severos ataques dos militares às suas oposições, atraindo, inclusive, membros que não possuíam ligação direta com a vida religiosa<sup>31</sup>. As CEBs denunciavam os abusos que aconteciam em diversas esferas da sociedade como as fábricas, os campos e, até mesmo, as práticas cometidas contra os estudantes que integravam o movimento estudantil de oposição<sup>32</sup>. A importância da oposição institucionalizada da Igreja Católica pode ser compreendida na seguinte declaração de Michael Löwy:

No curso dos anos 70, a Igreja se transformou na principal força de oposição ao regime militar, denunciando, em nome do Evangelho, não só as violações aos direitos humanos, mas também o modelo de desenvolvimento promovido pela ditadura, caracterizando como desumano, injusto e fundado na opressão econômica e social dos pobres. (LÖWY, 2007, p.423).

### Considerações finais

Analisando o contexto de apoio às pautas sociais em que se insere a Igreja Católica na segunda metade do século XX e os rumos da política latino-americana, nota-se que a postura natural da instituição religiosa seria, como foi em parte, a resistência, a denúncia e a forte oposição ao regime ditatorial que se instaurou, não só no Brasil, como também no Uruguai, Argentina e Chile .

O forte apelo pela prática e o estímulo à participação política se fizeram fundamentais na luta social em que se inseriram os membros da Igreja no Brasil. O desenrolar do golpe civil-militar<sup>33</sup> que culminou na ditadura militar foi o despertar da instituição para a real necessidade da importância de um conhecimento geral sobre a realidade social do país. Através do movimento leigo a ICAR pode colocar em prática as teorias lançadas pela

<sup>31</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). O Brasil republicano: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p.124.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p.124.

<sup>33</sup> REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Teologia da Libertação, além de vivenciar intensamente as pautas inovadoras que foram inseridas na Igreja através de partes do Vaticano II.

Ao compreender que a Igreja Católica é uma instituição plural e não homogênea pode-se dizer que a sua atuação entre os anos 60 e 80 no Brasil foi, de maneira geral, exercendo forte oposição à ditadura militar, colocando-se como um setor de apoio às resistências e denunciando as arbitrariedades cometidas pelo governo.

Atualmente a Teologia da Libertação já não se faz tão presente entre os membros da Igreja Católica no Brasil. A Renovação Carismática Católica (RCC), movimento pentecostal conservador que nasceu ainda na década de 1970, se tornou, no século XXI, uma organização de grandes proporções que envolve as mais variadas formas de crença no catolicismo em torno de pautas, em certa medida, moralizantes<sup>34</sup>. Se na segunda metade do século XX uma parcela considerável da ICAR estava alinhada com as CEBs e com a prática em favor da igualdade social e da conscientização política dos leigos, o século XXI inaugurou uma onda de catequização de indivíduos movida através dos meios de comunicação, como canais de televisão e estações de rádio. Assuntos que envolvem temas políticos superaram a barreira inicial adotada pela RCC e atualmente integram as pautas de reuniões dos membros dessa organização, havendo, inclusive, o apoio direto a candidatos que se identifiquem com o movimento<sup>35</sup>. A CNBB segue divulgando notas que visam orientar as atitudes dos fiéis no campo político<sup>36</sup>, entretanto os posicionamentos da Comissão não foram suficientes para barrar a defesa de uma agenda conservadora por uma considerável parcela dos integrantes da Igreja Católica no Brasil.

---

<sup>34</sup> PROCÓPIO, Carlos Eduardo P., *Carismatismo Católico e Eleições no Brasil*. Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 14, n. 16, Jun. 2012, p.81.

<sup>35</sup> SILVEIRA, Emerson S., Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. São Paulo, SP, *Revista de Estudos da Religião*, mar. 2008, p.63-70.

<sup>36</sup> Para compreender o viés das notas divulgadas pelas CNBB olhar: “Para onde caminha o Brasil?” <<http://www.cnbb.org.br/cbjp-divulga-nota-sobre-sobre-a-decisao-de-acolhida-de-pedido-de-impeachment-contra-a-presidente-dilma/>> e “Eleições 2018 Compromisso e esperança” <<http://www.cnbb.org.br/eleicoes-2018-compromisso-e-esperanca/>> Acesso em: 05 fev. 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. Estud. av., Dez 2004, vol.18, no.52, p.109-120. ISSN 0103-4014
- DELGADO, Lucilia de A. N.; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIRA, Lucilia de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fim do século XX*. Rio de Janeiro, RJ:Civilização Brasileira, 2010.
- LANZA, Fabio. *Igreja católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: A memória de bispos paulistanos sobre o golpe militar*. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- LÖWY, Michael. *Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias*. In: RIDENTI, Marcelo; Reis, Daniel A. (Orgs). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- MONTERO, Paula. *Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. *Religião e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 1, p.167-183, 2012.
- PROCÓPIO, Carlos Eduardo P., *Carismatismo Católico e Eleições no Brasil*. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 16, Jun. 2012.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SILVEIRA, Emerson S., *Terços, "Santinhos" e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política*. São Paulo, SP, *Revista de Estudos da Religião*, mar. 2008, p.54.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **As várias faces da Igreja Católica**. *Estudos Avançados*, [s.l.], v. 18, n. 52, p.77-95, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO).
- SUSIN, Luiz Carlos. *Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos?* *Horizonte*, Belo Horizonte, v.11, n.32, p.1678-1691, out/dez. 2013.